



## GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO



HOSPITAL N. S. DA CONCEIÇÃO S.A. (Matriz) CNPJ 92.787.118/0001-20 - Av. Francisco Trein, 596 F. 33572000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350 200

Filiais: Hospital Fêmeina, Hospital Cristo Redentor, Hospital Criança Conceição, Unidade de Pronto Atendimento Zona Norte Moacyr Scliar, Unidade de Saúde Santíssima Trindade, Unidade de Saúde Parque dos Maias, Unidade de Saúde Nossa Senhora Aparecida, Unidade de Saúde Jardim Leopoldina, Unidade de Saúde Floresta, Unidade de Saúde Divina Providência, Unidade de Saúde Costa e Silva, Unidade de Saúde COINMA, Unidade de Saúde Barão de Bagé, Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde - CETPS, Centro de Atenção Psicossocial I - Infantil, Unidade de Saúde SESC, Centro de Atenção Psicossocial II - Adulto, Unidade de Saúde Conceição, Unidade de Saúde Jardim Itu e Centro de Atenção Psicossocial III - Álcool e Drogas.  
Vinculado ao Ministério da Saúde - Decreto 99244/90



RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – GHC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DA RESIDÊNCIA

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

**O acesso à Educação Infantil e o contexto familiar:**

**Uma análise marxista sobre a garantia de direitos e a desproteção social**

Assistente Social Residente Deyse Eloy Cardoso

Psicóloga Dr<sup>a</sup> Camila Guedes Henn

Assistente Social Letícia Della Múa Tagliapietra

Porto Alegre, fevereiro 2019.

## **O acesso à Educação Infantil e o contexto familiar:**

### **Uma análise marxista sobre a garantia de direitos e a desproteção social**

#### **Resumo**

O objetivo deste estudo foi investigar as eventuais consequências da ausência de vagas em espaços protetivos de educação infantil para crianças em idade pré-escolar e sua relação com as vivências das famílias no território adscrito de uma Unidade de Saúde (US) da zona norte de Porto Alegre - RS. A relevância do estudo se dá a partir das narrativas das famílias em suas dificuldades cotidianas no cuidado com as crianças sem acesso à educação infantil. Para atingir os objetivos propostos foram realizadas entrevistas com cinco famílias que buscaram a intervenção do Serviço Social na US entre março e junho de 2018 sobre suas vivências quanto às temáticas que atravessam suas necessidades e são objeto deste estudo. Após as entrevistas, os dados foram sistematizados através de análise de conteúdo e interpretados pela lente do materialismo histórico-dialético, buscando a mediação entre a particularidade dos sujeitos e a conjuntura social para compreensão da realidade. Como última etapa, se propõe a discussão dos resultados do estudo com a rede de atendimento territorial e população a fim de subsidiar novas perspectivas sobre os espaços de proteção no território.

Palavras-chave: Família. Educação Pré-Escolar. Seguridade Social.

#### **Introdução**

O presente artigo tem como finalidade descrever o processo investigativo e as conclusões sobre as eventuais consequências da insuficiente oferta de vagas em espaços protetivos de educação infantil para crianças em idade pré-escolar relacionadas às vivências familiares no território adscrito de uma Unidade de Saúde na zona norte de Porto Alegre – RS.

A constituição dos objetivos da pesquisa se delineou a partir de intervenções realizadas pela profissional Assistente Social sobre a demanda das famílias no cuidado e proteção para crianças de 0 a 6 anos de idade em seu território de vivência. A Assistente Social, como profissional interventiva, tem como dever ético a garantia de direitos, portanto, atua para que as crianças do território acompanhadas pela Unidade de Saúde tivessem garantido o acesso aos espaços de proteção. Visto que, no contexto de onde parte o estudo, tal direito não se efetivava de imediato, evidenciou-se a importância de compreender as razões pelas quais as famílias não acessavam este recurso. Da mesma forma, quando consideradas as necessidades e dificuldades apontadas pelas famílias nestas intervenções, entendeu-se como prioritário investigar a compreensão das mesmas em relação à falta de acesso a vagas para as

crianças e o contexto familiar narrado.

Inicial à construção do projeto, foi realizada aproximação teórica com a temática da proteção e cuidado na infância, passando a abordar categorias transversais a este tema na composição da fundamentação teórica, como gênero, trabalho e educação infantil.

A proposta metodológica foi de realização de entrevistas abertas, a fim de que os sujeitos pudessem expressar suas percepções sobre o assunto amplamente. Posterior às entrevistas procedeu-se a análise de conteúdo buscando a sistematização de expressões na comunicação dos sujeitos que evidenciassem aspectos comuns de realidade. Subsequente, estes dados foram interpretados e problematizados, com propósito de reflexão acerca dos objetivos de pesquisa. Para interpretar a realidade exposta pelas entrevistas foi utilizado o materialismo histórico-dialético, onde as questões de gênero, infância, Educação como direito, proteção social e a dimensão do trabalho perpassam toda a análise que subsidia a construção deste trabalho de conclusão de residência.

### **Metodologia utilizada**

Este estudo está embasado pelo materialismo histórico-dialético, de inspiração marxiana. O materialismo histórico-dialético enquanto teoria explicativa da realidade articula categorias que permitem um olhar para além da aparente realidade, explicitando as contradições presentes nas relações econômico-sociais no devir histórico. As principais são: o trabalho enquanto categoria central pela qual o homem transforma a si e a natureza, a totalidade que corresponde a muitas realidades que compõe o tecido social, a contradição que se refere a aspectos da realidade que se contrapõe, mas coexistem e a historicidade enquanto movimento histórico provocado pelos sujeitos sociais. (KONDER, 2008).

Suscita, portanto, um olhar mais crítico para a conjuntura social, atentando para a relação entre o que é singular dos sujeitos, mas se expressa na dimensão particular de grupos sociais que são influenciadas pela universalidade do contexto social. O materialismo histórico-dialético afirma que a realidade é mutável e a transformação dos sujeitos se constrói no âmbito coletivo na mesma forma em que transformam o mundo em que vivem a partir das necessidades concretas, objetivas, de produção e reprodução da vida material.

Segundo Gil (2008, p. 14):

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Significa dizer que a análise pela lente do materialismo histórico-dialético possibilita compreender a totalidade dentro de constantes transformações, onde a realidade dos sujeitos é permeada por contradições inerentes a vivência de situações singulares que se relacionam com a esfera universal, mas que é parte de uma realidade particular e não somente uma expressão na vida dos sujeitos. Isto permite explicar a conjuntura social encadeada à estrutura da sociedade capitalista quando da interpretação, compreensão e explicação dos dados oriundos da sistematização da análise de conteúdo das entrevistas.

A pesquisa foi realizada no município de Porto Alegre – RS, tendo como participantes famílias pertencentes ao território adstrito de uma Unidade de Saúde da zona norte da capital. Com base nos atendimentos realizados pelo Serviço Social no período de março a junho de 2018, cuja demanda era pelo acesso à educação infantil, projetou-se um número mínimo de seis entrevistas. O critério de escolha abrangeu famílias com crianças em idade pré-escolar que não conseguiram efetivar a matrícula de seus filhos na educação infantil no período de 2018 a 2019.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com objetivo de conhecer e problematizar a realidade dos sujeitos e de suas vivências cotidianas em seu território. A partir disto, se propôs a buscar relações entre esta realidade e o problema de pesquisa e objetivos específicos. Gil (2008) refere que a pesquisa exploratória proporciona a aproximação com determinados fatos da realidade, que é dinâmica, sobre os quais se torna difícil criar hipóteses definitivas. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2001 p. 21-22) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Neste sentido, as experiências de vida dos sujeitos, seus anseios, valores, crenças e expectativas não podem ser quantificados, mas sim analisados em associação a aspectos mais amplos da realidade que se articula com a realidade territorial.

Foi utilizada a técnica da entrevista não estruturada, que “É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal” (LAKATOS, MARCONI, 2006, p. 197). O objetivo foi de apreender amplamente através das falas dos sujeitos a expressão destas consequências em seu cotidiano, que embora direcionada à determinada temática, proporcionou abertura a outros fatores da realidade comum ao grupo de famílias participantes.

## Resultados obtidos

Foram convidadas a participar da pesquisa dez famílias, com a perspectiva de atingir o número estimado de seis. Houve a participação de cinco famílias no total. Dentre as razões para a não participação das outras cinco famílias houve o predomínio da falta de tempo em razão do trabalho informal, realizado majoritariamente por mulheres negras, totalizando três famílias. Outros membros das famílias convidadas, incluindo homens, relataram não ter o desejo de participar. Das cinco famílias entrevistadas apenas uma teve participação do casal.

Mesmo diante da ausência de registro formal, gravado ou escrito, acredita-se ser extremamente importante este contraponto de fala de mulheres negras, nas quais as mesmas relatam, ainda que informalmente, suas dificuldades e receios em faltar ao trabalho para participar da pesquisa, ainda que garantido o comprovante de comparecimento. Estas mulheres referem medo da perda do emprego, seja pela ausência, ou pelo relato da situação precária de trabalho a que são submetidas. Esse aspecto chama atenção quando relacionados aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (IPEA, 2018) que demonstram que o índice de desemprego absoluto experimentado pelas mulheres negras no Brasil aumentou de 2014 até 2018. Assim, pode-se reiterar a presença do racismo nas relações cotidianas de trabalho, percepção do cuidado dos filhos e acesso à renda como condição de subsistência.

A partir das entrevistas realizadas surgiu um conjunto de discursos semelhantes referentes à sistematização do conteúdo das narrativas das famílias que serão interpretadas e discutidas posteriormente a partir das do materialismo histórico-dialético.

Das cinco famílias entrevistadas, todas reconheceram a insuficiência de vagas para as crianças em seu território de moradia, bem como a inexistência de escolas públicas que atendam a educação infantil: *“É que na verdade aqui na volta tem mais creche particular, que é horrível de caro. Eu fico pensando quem tem duas crianças, eles não dão descontos”* (F1); *“Eu procurei creche, aí, um horror o valor! Aí então eu tive que sair do serviço”*. (F3)

*Desde novembro a gente vem buscando a vaga pra creche, mas é muito difícil, a gente tentou na INSTITUIÇÃO X\*<sup>1</sup> 4 vezes e tivemos 4 negativas, dizem que lá não tem vaga nenhuma. [...] Eles até conseguiram uma vaga a 5 km daqui. Daí lá na SMED eles falaram que tinham que encaminhar essa vaga, que eles eram obrigados a dar essa vaga pras crianças. Só que daí lá ela falou: ‘Eu vou te dar aqui o papel e tu leva e alega que aqui não tem como tu levar’. Eu tive que recorrer pra não botar ela nessa escola porque é muito longe. [...] Não tem quem levar e pagar eu também não tenho condições.* (F2)

*Com quatro meses eu fui ver que ela não foi contemplada, e daí eu tive que voltar a trabalhar, não tinha creche, eu tive que deixar ela com a minha sogra, mas não era uma opção minha né! Daí eu não queria e tive que sair do emprego pra ficar com*

---

<sup>1</sup> Os nomes das instituições foram trocados por nomes fictícios para preservação das mesmas.

*ela. [...] Não, nunca teve gratuita. Gratuita não. A INSTITUIÇÃO X\* tem que pagar e a INSTITUIÇÃO Y\* também. (F4)*

*Eu ainda não consegui vaga pra ela, e isso daí tem me atrapalhado bastante. Eu gostaria muito de tá trabalhando e eu não posso trabalhar to me sentindo amarrada, mas eu não tenho quem cuide dela. Aqui é um bairro que tem bastante criança também, e tem várias mães que eu vejo passando por isso daí, que eu to passando. (F5)*

Conforme a fala destas famílias o que existem são espaços de educação privados ou vinculados através de convênios com o setor público, nos quais existe a exigência da contrapartida financeira considerada onerosa ao sustento familiar: “Daí a gente foi morar de aluguel, e não tinha como pagar creche particular pra ela” (F4); “Se eu tiver que pagar, eu vou ter que tirar exatamente do salário que eu trabalhar entende? Pq a gente não tem outra ajuda em casa” (F5); “Se é pra eu sair pra rua pra ganhar um e duzentos, que é o salário de auxiliar, e gastar oitocentos de creche com a SOL\*<sup>2</sup>, como a gente viu. Não tem justificativa, né? Fica em casa com a mãe então” (F3).

No caso das duas instituições conveniadas, que são opções para as famílias no território, a existência destes espaços está vinculada à ideia da filantropia, por se tratarem de entidades do terceiro setor que ofertam serviços contratados pelo Estado mediados junto à população na relação: Estado - Entidade – Famílias. A filantropia, embora tenha cumprido um importante papel complementar de apoio às políticas públicas, principalmente na proteção infantil, é uma forma de prestação de serviços que descaracteriza a perspectiva do direito à educação pública e cria a cultura do mérito para que as famílias tenham acesso e possam garantir a permanência das crianças nestes espaços protetivos. Isto porque, mesmo operando dentro da política pública, as entidades abrangem missão, metas, estatutos para o seu funcionamento, que muitas vezes impõe condicionantes que dificultam ou obstruem o acesso ao direito à educação. Um exemplo claro de condicionante é a contrapartida financeira, que pode variar de uma entidade para outra, a qual muitas famílias não possuem condições de subsidiar.

Outro dado reconhecido pelas famílias é a manutenção de laços informais de cooperação comunitária que podem existir na relação entre filantropia e comunidade. Significa que através de relações de conhecimento e amizade algumas famílias dispõem de maior acesso a estes serviços em detrimento do restante da população, uma vez que a entidade é composta por trabalhadores não concursados, contratados em regime de trabalho

---

<sup>2</sup> Os nomes de participantes, familiares e pessoas de referência para as famílias foram substituídos por nomes fictícios para preservação dos mesmos.

possivelmente rotativo e que não tem a obrigatoriedade da imparcialidade ética do serviço público:

*É tão fácil pra algumas pessoas ter vaga e pra mim é tão difícil. Tipo tem uma guria que foi ali e já conseguiu vaga, eu fui ali, fui mal atendida ainda com um monte de criança falando em volta e 'não tem vaga'. É que eu conheço um monte de gente aqui da volta que não trabalha, não faz nada e a criança tá lá na creche. Tá tirando um monte de oportunidade de mãe que quer trabalhar entende? E eu conheço várias aqui na volta que não trabalham e deixam a criança na creche. Complicado isso. (F1)*

*A VIZINHA\* ela tem vaga na INSTITUIÇÃO X\* pra filha dela, só que assim, a VIZINHA\* passa o dia inteiro dentro de casa, ela não faz nada, ela não trabalha. E a filha dela tá na creche. Isso é uma coisa que a gente acha extremamente injusto. E eu conheço outras mães aí que passam o dia inteiro dentro de casa e os filhos tão na creche entendeu. (F2)*

No geral as famílias realizam a crítica de tal situação pela perspectiva do senso comum, onde deveriam existir critérios de merecimento como o fato dos pais estarem ou não inseridos no mercado de trabalho, sobretudo o formal. Esse processo do pensamento individualizado pode ser explicado pelas próprias condições estruturais de sociabilidade, acesso ao emprego e padrões de consumo.

Das cinco famílias entrevistadas todas as mulheres reconhecem que sofreram preconceito por serem mães de crianças pequenas ou tiveram que abdicar de suas atividades laborais por não contarem com outros cuidadores para os filhos. As falas remetem a situações vivenciadas durante entrevistas de emprego e cotidiano familiar onde mulheres são apontadas como cuidadoras primárias das crianças:

*É que lá é uma empresa que eles têm meio preconceito, assim, de pessoas com filhos sabe? Porque acham que a mãe vai faltar por qualquer coisa, se o filho ficar doente, se o filho precisar a mãe vai embora. [...] Eles vão pensar 'eu não vou contratar essa mãe com um filho de um ano e pouco porque a gente não sabe como ela é, a gente não sabe como é o filho, se é doente, se é saudável' então é um negócio bem preconceituoso. [...] Eu falei até pro meu marido 'olha, eu vou ser obrigada a mentir depois que eu não tenho dois filhos, se não nunca vou conseguir emprego com dois filhos pequenos'. (F1)*

*Eu peguei esse serviço só pq eu não conseguia nada, eu larguei mais de 40 currículos e ninguém me chamou. [...] Eles ficam meio assim, sabe, ta tudo numa boa a entrevista, daí tu fala que tem filho, daí perguntam: 'quantos anos?' 'Um ano e sete'. Daí responde: 'ah ta, vamos ver, daí qualquer coisa a gente te liga'. Falam bem assim. Ah quem tem filho pequeno é tudo mais difícil né! Provavelmente a criança vai ficar doente, vai ter uma febre, e tu vai ter que faltar pra ficar com o filho. E isso dificultou bastante de eu voltar a trabalhar. (F4)*

Durante as narrativas foram explícitas as dificuldades em depender da renda do marido ou familiares com as quais estas mulheres residiam em função da insuficiência de recursos. Pelo menos duas delas relataram que, apesar desta dificuldade no provimento da renda familiar, seus companheiros manifestavam o desejo de que estas permanecessem em casa com

os filhos. Tal aspecto se relacionava a outras esferas de suas vidas, como retorno aos estudos e passeios com amigos.

Diante da constatação das famílias sobre as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, das cinco famílias participantes pelo menos quatro reconhecem que vivenciam ou vivenciaram situações de precarização no trabalho e consideram submeter-se a estas situações para trabalhar. Destas, todas são mulheres. Estas relatam situações que vão desde o trabalho informal em relação subalterna até perda de direitos trabalhistas, segundo elas, seus empregadores sabem que são mulheres/mães com dificuldades de inserção em empregos formais e por isso mesmo se sujeitam a estas relações em troca do acesso à renda:

*“Eu trabalhava numa empresa. Tava há três anos nessa empresa. Aí me demitiram porque eu tava grávida. Eu peguei o seguro desemprego e depois de lá eu fiquei fazendo uns bicos em eventos”* (F1); *“Logo obrigatoriamente eu vou ter que voltar a trabalhar, eu tava até pensando em pegar de diarista, porque daí é um dia sim, um dia não, ou uma faxina, alguma coisa assim. Só que daí eu perco todos os direitos”* (F2);

*“E eu vou de segunda a sexta, e eu ganho bem então assim, pra poder comprar as coisas pra ela, ajudar no aluguel, agora, por exemplo, acabou o gás e quem comprou fui eu. E tudo é gasto né?! Ainda que eu não trabalho de carteira assinada, senão eu tinha ido pra rua faz horas!”* (F4).

As cinco famílias declararam que a renda familiar é insuficiente quando não é composta por todos os membros. Em especial as mulheres relatam a dificuldade em sua subsistência quando as mesmas não compõe a renda familiar. Estas famílias referem que o valor real dos salários não supre as necessidades de um grupo, quando muito de despesas coletivas como contas de luz, água, etc., e que, portanto, é necessário que todos possam contribuir: *“Hoje em dia com uma renda não dá. Ainda mais com tudo caro, comida, fralda, a gasolina. A gente não faz nada, a gente só vive pra comer e é isso”* (F1); *“Ela precisa voltar a trabalhar, a gente tá vivendo com o bolsa família e o meu salário e agora o processo que ela recebeu da antiga empresa dela, que só vai até abril do ano que vem, depois acaba”* (F2).

*A gente pagava aluguel, faltava muita coisa também, só meu marido trabalhava, e daí não tive mais opção, tive que deixar ela com a minha sogra de novo pra poder ir trabalhar e ajudar dentro de casa. [...] Eu acho que é isso que ele também não quer enxergar. Só que eu preciso trabalhar pra ela ter as coisas, senão a gente vai comer só o grosso né?! [...] Não sou só eu que passo por isso, são muitas mães, que às vezes não tem nem o que comer em casa porque não pode sair pra trabalhar.*(F4)

Pelo menos quatro famílias reconheceram que não contam com outras pessoas para realizar os cuidados cotidianos dos filhos. Nestes casos a principal cuidadora é a mãe. As

mesmas referem que se sentem preocupadas quando deixam os filhos com outras pessoas ou afirmam que não deixariam em outro lugar que não fosse a creche:

*Tô procurando emprego, mas aí fico pensando com quem eu vou deixar? E minha mãe tem os compromissos dela, minha sogra tem os compromissos dela, não quero contar com elas, entende? Fica tudo ao meu cargo. Tudo eu que faço, até porque a gente é mãe e a gente fica 'eu vou fazer porque eu sei fazer'. Mesmo quando meu marido quer tentar ajudar, ele ajuda, ele troca, mas é que ele trabalha demais e nunca tem horário. Às vezes ele sai umas seis horas da manhã e volta umas dez, mas ele ajuda bastante, banho às vezes ele dá, às vezes troca, mas é tudo eu. [...] Mas eu não gosto de ficar pedindo, muito chato tu fazer filho pra deixar com os outros por mais que seja a tua mãe, tua sogra. Aí tu fica pensando 'será que eles estão bem?' , 'será que eles estão incomodando?'. (F1)*

*Tem dias que eu to bem nervosa. Eu me sinto mal, porque não consigo dar a atenção que todos eles merecem. A gente é um, a gente não tem mais vida, a gente vive só por causa deles, vive pra eles. E eu me sinto mal pelo fato de não conseguir atender todos eles. (F2)*

*Eu já tinha pedido pra minha sogra ficar com ela, e ela veio com isso e aquilo, daí depois acho que alguém ligou do posto pra vir buscar a ESTRELA\*, daí ela veio. Mas sabe, só se eu tiver quase morrendo que ela me ajuda. [...] Dia de chuva eu tinha que ir com ela nos braços, mais minha mochila pra ir pro trabalho, mais a mochila dela, mais o guarda-chuva, saía assim na rua. Dá vontade de nem ir mais trabalhar mesmo, de ficar em casa com ela, mas se eu fico em casa com ela, faltam várias coisas em casa e a gente passa dificuldade. Então eu vou trabalhar. (F4)*

É possível perceber nas narrativas a incorporação do papel de cuidado feminino como o responsável majoritário pelo bem estar das crianças. As mulheres articulam a preocupação com a segurança física, alimentar e emocional dos filhos como sua prioridade, compreendendo o papel do companheiro ou familiares como coadjuvante neste processo.

Quatro famílias identificam que tem muitas dificuldades ou não conseguem ter acesso à Política de Saúde ou realizar o autocuidado por estar com os filhos em tempo integral. Destas pessoas, quatro eram mulheres e um homem: “*Só se eu tiver muito doente assim, porque eu não consigo. Até teve esses tempos que eu fiquei bem doente. Daí os agentes que ficaram com ela, pra mim poder tomar soro, pra mim poder fazer bombinha, essas coisas e o pai dela tava trabalhando*” (F4).

*A gente tá num cansaço assim absurdo sabe? [...] Pra mim eu não tenho tempo, eu não consigo tirar tempo pra mim. E eu quero mudar, eu quero começar a fazer as coisas que eu sempre tive vontade, de arrumar a minha casinha, de manter organizada e poder fazer tudo, sabe? [...] O médico encaminhou ele pra fazer uns exames pra ver como ele tava, e ele acabou deixando de lado pra atender as coisas deles. Não temos tempo pra nós! Que nem eu, eu ganhei ela e eu não fui mais fazer exames, não fui mais ao ginecologista, não tive mais tempo pra mim, pra saúde, pra nada. Eu me preocupo com as crianças, mas me preocupo com a saúde dele também. E comigo, porque se não estiver saudável não tem como cuidar deles. (F2)*

*Ah eu já tive que esquecer tudo da minha parte, coloquei tudo em esquecimento. Minha mamografia eu já não pude fazer. Agora tá agendado de novo pra mim fazer, porque chegou o dia e eu não consegui ir. Tava chovendo, entende? Eu não tinha como ir com um bebê. (F5)*

Durante as entrevistas foi perceptível que a impossibilidade de cuidarem de si causava sofrimento psicológico principalmente às mulheres/mães, que expressavam emoção e sentimento de culpa por não realizarem o autocuidado.

Duas destas famílias relataram relações de conflitos familiares em função da sobrecarga no cuidado dos filhos, situações estas em que as crianças participavam de cenas de discussão e agressividade entre os membros familiares, conflitos referentes a forma de cuidado compartilhado ou ainda ausência de diálogo sobre a situação familiar, que segundo uma participante gerou danos emocionais à mesma.

*Eu tenho que dar atenção para os menores, e eu acabo deixando ela de lado. Eu to vendo que eu e ela estamos tendo uma resistência em função disso, e não é o que eu quero. Então eu to vendo que não to conseguindo ter diálogo com ela. Isso tá me deixando mal porque, como se diz, eu não to conseguindo ser mãe de todos! Eu to conseguindo ser mãe mais dos pequenos. E também ao mesmo tempo não. Pra mim tá sendo bem complicada essa situação, eu não to sabendo lidar, e acabo perdendo muito a paciência com eles, e não é o que eu quero. [...] Esses dias eu e o MARIDO\* tivemos uma discussão feia, e chegou ao ponto de ele pegar as coisas dele e sair. Daí depois eu falei pra ele: 'A gente é uma família, a gente tem que tentar resolver'. E isso eu vejo que atinge eles também, eles ficam mal, eles ficam achando que é por causa deles. [...] Eu não quero ter minha família de comercial de margarina, eu quero ter uma família que possa se entender e que possa ter uma vida, porque não estamos tendo vida. Eu chegar num ponto que possa dizer: 'agora consegui organizar minha família, que é eles na creche e eu trabalhando. (F2)*

## **Elementos para discussão**

### a) Proteção da infância ao longo da história:

Para pensarmos a proteção infantil devemos ter noção de que este é um conceito muito recente na sociedade moderna. Ariès (1981) demonstra através de um rico estudo da iconografia na idade média a evolução histórica do sentimento da infância no seio familiar. A vida das crianças nessa época tinha muito pouca importância devido a grande taxa de mortalidade e o desconhecimento sobre o desenvolvimento humano. O sentimento da infância nasce junto ao desenvolvimento da Medicina e da Educação como processos importantes para a compreensão do ciclo de vida humano e seu desenvolvimento. Antes disso, a representação dos homens para as "épocas da vida" era explicada através de fenômenos naturais, como as estações do ano e as colheitas. Ariès (1981) assinala também que o sentimento da infância desenvolveu-se concomitante ao sentimento familiar. Isto porque a sobrevivência era a principal preocupação familiar, logo, a garantia da linhagem era mais importante do que os vínculos afetivos. O conhecimento sem dúvidas foi um dos fatores determinantes para a preservação da infância, através dele foi possível prolongar a vida infantil e assim maior tempo para o afeto.

A figura dos médicos de família aliada à figura materna, agora com um papel social de cuidado em ascensão, fez com que a criança viesse a ocupar um lugar importante. A família passaria a ter como principal preocupação o desenvolvimento dos filhos, como nos explica Donzelot (1980). Diferentemente das famílias pobres, onde a busca pela sobrevivência fazia com que todos, inclusive crianças, tivessem que trabalhar muitas horas por dia e vivessem amontoados em pequenos espaços, sem a possibilidade de cuidados e preservação semelhantes à burguesia. Esse sentimento íntimo familiar foi uma característica das famílias burguesas, como afirma Ariès (1981), pois as condições concretas de subsistência não eram uma ameaça a esse processo. Na família operária o papel feminino era de reprodução do controle estatal sobre a família, responsável pelos desvios e vícios do marido e dos filhos, a mulher se tornou a principal responsável pela formação de futura mão de obra para o capital, como veremos adiante.

A educação das crianças no período medieval era realizada de forma transversal entre as famílias, isto em todas as classes sociais, mais tarde com a necessidade de diferenciação das crianças do universo adulto é que surge a escolarização formal, propiciada primeiramente à burguesia (ARIÈS, 1981). A educação das crianças pobres continuou sendo realizada através de laços de cooperação informais e somente a partir do século XVIII aproximadamente a educação tornou-se obrigatória. Donzelot (1980) relata em sua obra a preocupação do Estado em coibir o conhecimento transversalizado entre a classe operária, pois este poderia ser um perigoso artifício político contra a burguesia. Logo, a Escola tornou-se uma peça complementar à fábrica, de vigilância e controle da educação dos futuros trabalhadores.

Ambos os autores concordam que o advento das revoluções Francesa e Industrial propiciou, não somente a separação definitiva entre meios de produção e produtores, mas a separação entre a casa como local de convívio e proteção e o trabalho como espaço de cumprimento de jornada. Isto é um aspecto importante, pois demarca o trabalho assalariado como forma de produção e reprodução da classe que vive do trabalho e as formas de manutenção do status quo.

A proteção infantil no Brasil foi profundamente influenciada pela Europa, assim como o mundo todo, a partir das navegações e colonizações. Mary Del Priori (2004) retrata a vida das crianças no Brasil colônia como pequenos adultos, que sofriam todo tipo de maus tratos e super exploração de sua mão de obra. A escravidão submetia as crianças negras a um destino ainda pior, muitas morriam sem alimentação adequada, pois suas mães eram vendidas ou alugadas como nutrizes para famílias escravocratas.

Historicamente, devido a este contexto de abandono do cuidado infantil, surgiram instituições como as rodas de expostos, os educandários, as casas de servidão, os conventos para moças, etc., mediados pela filantropia. Donzelot (1980) assinala que a filantropia não foi uma proposta despolitizada e sem cunho de interesses privados, pelo contrário, ao se propor a mediar as necessidades da classe trabalhadora junto ao Estado e receber préstimos por seus serviços, as entidades filantrópicas passaram a ocupar parte do aparelhamento estatal e realizar o controle moral das famílias.

Ainda hoje, a filantropia tem participação ativa na oferta de serviços operando dentro de políticas públicas sem, contudo, ser um serviço de fato público, descaracterizando as obrigações do Estado com direitos adquiridos constitucionalmente através de lutas históricas dos trabalhadores.

No Brasil, a dimensão protetiva e dos direitos de crianças e adolescentes só foi ratificada legalmente no século XX a partir da constituição Federal de 1988. O Brasil participou da discussão e foi signatário da Convenção Internacional dos direitos da criança em 1989, assumindo a perspectiva da doutrina da proteção integral que mais tarde embasaria o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, documento no qual, crianças e adolescentes, passam a ser reconhecidas como sujeito de direitos como descrito nos seguintes artigos:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 7)

O Eca (1990) busca garantir o acesso ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes através das diferentes políticas públicas que operam dentro de um Sistema de Garantia de Direitos, no qual a Política de Educação está inserida no eixo da promoção, na oferta de espaços protetivos para o seu desenvolvimento integral.

b) O direito à Educação:

Apesar de a Educação ser um componente dos direitos da criança na legislação atual, conforme Bardela e Passone (2015) a educação infantil (0 a 6 anos) sempre foi relegada a segundo plano nas legislações brasileiras. Desde o Brasil império esta era objeto do amparo e assistência, na prática quase sempre informal ou precarizada.

No ano de 1930, já no período republicano, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação” que através do pensamento de liberais progressistas propõe a educação pública como forma de intervenção social reconhecidamente um dever do Estado. A Constituição Federal de 1934, embasada pelo “Manifesto”, busca a conformação de um Plano Nacional de Educação, porém, com ênfase no ensino primário e não prevendo a educação infantil. Na Constituição de 1937 a educação pública é redirecionada ao setor privado e filantrópico da igreja católica, desonerando a obrigatoriedade de ser ofertada pelo Estado: “A educação pública torna-se residual e sinônimo de assistência aos pobres, numa estrutura social conservadora e estratificada, isto é, a educação volta a ser tratada de forma restrita e residual”. (BARDELA, PASSONE, 2015, p. 23). Para os autores ainda:

Embora a Constituição de 1946 venha substituir a ultrapassada proposta educacional do Estado Novo, ela surge em contexto de ambivalência e contradição entre os grupos de poder, ora defendendo uma posição mais liberal, ora conservadora, no âmbito educacional. No que diz respeito à educação de crianças na faixa etária que compreende o atendimento em creches e pré-escolas, não há menção quanto à responsabilidade por parte do Estado de promover cuidados e educação aos mais novos, somente no Título VI – Da família, da educação e da cultura – menciona de modo genérico a “assistência à maternidade, à infância e à adolescência” (Artigo 164). (BARDELA, PASSONE, 2015, p. 24).

O debate em torno da privatização da educação ganha visibilidade na década de 50, com disputa em torno da sanção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4024/61), cuja intenção era defesa do ensino público e gratuito, que tramitou de 1948 a 1961 quando o texto final foi aprovado, dando primazia ao ensino privado. Os períodos seguintes contaram com várias manifestações em torno da defesa da expansão do ensino público para todos. No período ditatorial (1964-1985), apesar de existir a obrigatoriedade do ensino, ocorre a desvinculação maciça do orçamento educacional do orçamento da União, de forma que, os estados e municípios perdem sua autonomia com relação aos tributos. A educação pública permaneceu massificada dos 7 aos 14 anos até meados da década de 80 e a educação infantil seguiu vinculada a instituições privadas e religiosas, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência – LBA fundada em 1942. (BARDELA, PASSONE, 2015, p. 25).

A Lei 8069/90 quando institui o ECA assegura à criança o direito à educação pública e gratuita, reconhecendo o papel do acesso educacional no desenvolvimento infantil. No que tange a educação das crianças pequenas, conforme Santos e Júnior (2017) é no texto da LDB em 1996 que ocorre o reconhecimento desta etapa como parte da educação básica que “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade.”

(SANTOS, JÚNIOR, 2017, p. 265). A referida Lei (9394/96) reafirmou a obrigação do Estado na oferta da educação pública, buscou organizar parâmetros de formação para os profissionais e os aspectos a serem desenvolvidos nesta etapa do ensino. Ainda na década de 90 foram instituídos Referenciais e Diretrizes curriculares para a educação infantil, em 1998 e 99, documentos norteadores do trabalho com crianças de 0 a 6 anos em espaços de escolas e creches infantis.

Desse modo, o que se viu foi que a promoção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, a promoção do processo de municipalização do atendimento da Educação Infantil, como também sua inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 em 25 metas ocorrem desacompanhadas de uma política de recursos financeiros, limitando e fragilizando o processo. (SANTOS, JÚNIOR, 2017, p. 268).

A consolidação da educação infantil, porém encontrou muitos desafios, principalmente no que se refere ao financiamento enquanto política pública. Os governos não se debruçaram de fato sobre o provimento dos recursos, um exemplo citado pelos autores se refere ao Fundef<sup>3</sup>, que até o ano de 2006 tinha uma pequena parte destinada a educação infantil, que era retirada dos 40% previstos para despesas diversas, ao passo que 15% do total dos recursos eram empregados no ensino fundamental. Concomitante ao processo de municipalização da educação infantil, ocorrem as mudanças na idade para obrigatoriedade do ingresso no ensino fundamental de 7 para 6 anos, e o aumento dos anos de ensino para 9 anos, a educação infantil passa a ser considerada até os 5 anos e 11 meses. Em 2006 com a criação do Fundeb<sup>4</sup> as matrículas na educação infantil passam a ser financiadas, inclusive nas esferas filantrópicas e privadas, havendo também investimentos na formação dos profissionais do magistério. Uma das críticas ao Fundeb diz respeito ao avanço da privatização da educação infantil:

[...] os trabalhos mais recentes evidenciam que tal fundo de financiamento tem contribuído para o avanço da privatização das etapas iniciais da educação básica, com o crescimento de matrículas na esfera privada, por meio das escolas privadas conveniadas, principalmente o atendimento em creches. (BARDELA, PASSONE, 2015, p. 28).

O que significa dizer que a educação infantil ainda permanece com a lógica da filantropia enquanto mediadora das necessidades da população, interferindo na esfera da garantia de direitos conquistados ao longo do tempo. Essa relação se coloca no contraponto da ampliação do acesso, uma vez que a contratualização através de convênios, a custos reduzidos para o Estado, em detrimento da oferta direta pelo aparelho Estatal, permite que a instituição exija a contrapartida financeira da população pelos serviços prestados, uma vez que não

---

<sup>3</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

<sup>4</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

guarda nenhuma obrigatoriedade de gratuidade por serviço público. Esse é um ponto nevrálgico quando analisadas as condições socioeconômicas das famílias no contexto atual de enxugamento de políticas públicas de proteção social.

c) Políticas públicas familistas ou pró-famílias?

As concepções estruturantes dos modelos atuais de Seguridade Social nasceram na Alemanha, através de modelo proposto por Otto Von Bismarck no século XIX, vinculados ao seguro devido aos trabalhadores formais e condicionados a contribuição prévia destes para caixas e fundos. (BOSCHETTI, 2009).

Na década de 30, o economista inglês John Maynard Keynes introduziu a ideia do Estado intervencionista e regulador das relações entre o capital e os trabalhadores, trazendo também a necessidade da implementação de políticas sociais que pudessem garantir as mínimas condições de acesso a bens e serviços à população. (BEHRING, 2006)

Posteriormente, em 1942, é proposto o Plano Beveridge, que trata da seguridade como forma de assistência aos trabalhadores em momentos de intempérie independente de inserção no mercado formal ou contribuição prévia. Este plano previa que os benefícios sociais poderiam ser ofertados a todos os cidadãos conforme o cálculo de seus rendimentos reais para subsistência e assim promover enfrentamento à pobreza. (BOSCHETTI, 2009)

Boschetti (2009) refere que estes modelos, principalmente o bismarckiano e beveridgiano, influenciaram a construção da Seguridade Social no Brasil na criação de um modelo misto, que congrega a Política de Saúde com acesso universal, a Política Previdenciária com acesso condicionado à contribuição e a Política de Assistência com critérios de acesso conforme necessidade. Este atualmente é o tripé da seguridade social prevista na Constituição Federal de 1988, que visa garantir os mínimos necessários à Proteção Social ofertada pelo Estado aos seus cidadãos.

Sobre a Proteção Social, o conceito abordado por Pereira (2000), por exemplo, trata da proteção vinculada à seguridade social como um direito garantido pela legislação na Constituição Federal de 1988. Referindo-se a algo mais amplo do que apenas políticas de intervenção mínimas no social, mas a políticas que deveriam ofertar segurança à população. Contudo, a autora faz uma crítica ao que seriam mínimos e básicos no que se refere às necessidades dos sujeitos, e que as políticas consideradas como seguridade social, dessa forma, não disponibilizam recursos suficientes à população para atendimento destas necessidades.

Alguns autores trazem o debate da proteção social vinculada ao conceito de seguridade e atravessado por formas históricas de opressão, como raça e gênero, por exemplo.

Para Sarti (2005) ainda hoje, o modelo de família nuclear é parâmetro para um sistema disciplinar socialmente construído (jurídico, religioso, educacional, cultural, etc.), onde o protótipo familiar é ao mesmo tempo reforçado e tencionado a adaptar-se ao mundo do trabalho. A idealização materno-biológica é exemplo claro do que é esperado da mulher sem que esta venha a eximir-se do trabalho assalariado.

Portanto é possível afirmar que a família é atravessada por diversos condicionantes sociais historicamente e que esta reorganiza suas funções conforme a sociedade reorganiza o modo de produção e reprodução da vida, interferindo diretamente nas condições de sobrevivência do grupo familiar.

Mioto (2010) debate sobre a identificação de uma tendência “familista” na abordagem das obrigações familiares em detrimento das obrigações Estatais. Conforme a autora é preciso atentar para as condições concretas dos sujeitos de prover proteção e cuidado. Aqui reside também o debate da Proteção Social, proteção esta que o Estado deve prover aos cidadãos através da oferta de serviços públicos que atendam às necessidades de subsistência.

Mioto (2010) refere que o “familismo” em detrimento à proteção social deve ser compreendido: [...] como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de "familismo" não deve ser confundido com aquele que é pró-família (MIOTO, 2010, p. 170).

A oferta de serviços públicos é atualmente organizada através de políticas públicas e políticas sociais, em segmentos amplos e específicos da população. A família é atualmente o sujeito privilegiado destas políticas, porém com recortes que delimitam seu acesso, principalmente na distribuição de renda, no caso das famílias mais pobres. Essa desigualdade incide em processos de exclusão que afetam todos os componentes familiares e provocam a vulnerabilidade em sua capacidade de proteção enquanto grupo. Para Mioto (2010), é preciso repensar a família primeiramente como sujeito de direitos que deve ter seu acesso garantido às diferentes políticas que visam a proteção social, para depois pensá-la como instância de proteção mútua. Reiterando que a família participa na produção da riqueza socialmente construída no universo do trabalho, ao mesmo tempo em que reproduz os desdobramentos da precarização do modo de produção nas suas relações.

Segundo Tejedas (2012), as políticas públicas devem ser pensadas na perspectiva dos direitos humanos, para que, como respostas do Estado, visem ao atendimento de diversas necessidades concretas de reprodução dos sujeitos socialmente, onde a não efetivação de um direito pressupõe a violação de muitos outros. A proteção social, segundo a autora, abrange

muito mais do que apenas o tripé da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social) e deve contemplar o acesso a outras políticas que podem proporcionar as condições para a família de ser um grupo protetivo.

d) Perspectiva histórica do papel da mulher no desenvolvimento social

Conforme descrito em Ariès (1981), até o século XVII a escolarização era um processo destinado somente aos homens, a infância, sobretudo a feminina, era quase inexistente e não raro as meninas ficavam noivas aos 10 anos e casavam-se aos 12, sem nenhuma instrução formal que possibilitasse sua emancipação do lar. O autor refere ainda que a aprendizagem feminina era circunscrita às habilidades domésticas aprendidas em conventos principalmente, e que formalmente “esta escolarização se iniciaria com um atraso de cerca de dois séculos” (ARIÈS, 1981, p. 190). A família, assim, se tornou uma célula que expressava o poder monárquico, a ela se atribuiu o status de componente do tecido social antes ocupado pela importância da linhagem. Nela a mulher e os filhos deveriam obedecer ao marido. (SAFFIOTI, 1976).

A passagem para a economia monopolista, diferenciação entre valor de uso e valor de troca e a transformação da força de trabalho em mercadoria, marcam a necessidade de expropriação constante da classe trabalhadora, inclusive das mulheres, diante da imposição de subsistência através do trabalho assalariado. A remuneração do trabalho, assim, esconde a contraditória relação entre produtor e produto, no qual os trabalhadores produzem um quantitativo excedente ao que recebem em remuneração. Em verdade, sua remuneração é calculada sobre suas necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, sua própria reprodução enquanto trabalhador, sendo o excedente transformado em lucro que na sociedade capitalista justifica a exploração da classe trabalhadora. Os trabalhadores são “livres” para vender sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que necessitam do trabalho para sua sobrevivência. Reside aí o antagonismo entre as classes sociais. “A liberdade de que cada homem goza na situação de mercado leva a ilusão de que as realizações de cada um variam em razão direta de suas capacidades individuais”. (SAFFIOTI, 1976, p. 26).

Na sociedade capitalista, isto serviu como molde para o reforço do papel reprodutivo da mulher, dos afazeres domésticos e da criação dos filhos. Saffioti (1976) refere ainda que:

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. (Saffioti, 1976, p. 30)

Assim, a autora expõe que os sistemas de opressão presentes nas sociedades pré-capitalistas não foram abandonados nem são prejudiciais ao modo de produção, pelo contrário, servem para caracterizar segundo uma escala de valores os membros de uma sociedade. Mais uma vez ocultando as relações de produção, entre os que merecem mais ou menos, os que ganham mais ou menos, e conseqüentemente os que sobrevivem em melhores ou piores condições, maximizando assim o excedente de produção e os lucros.

O trabalho feminino, sob a justificativa histórica da subalternidade, foi solo fértil para o desenvolvimento das forças produtivas. A mulher operária foi componente vital dentro das fábricas nas quais sua força de trabalho possibilitou a consolidação da sociedade capitalista. Onde: “as desvantagens de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta” (SAFFIOTI, 1976, p. 36). De forma simplificada, a mais-valia corresponde ao excedente de trabalho produzido durante a jornada, referindo-se ao custo da produção que é reproduzido diversas vezes pelo trabalhador neste período, como será explorado posteriormente. Isto foi e é possível até hoje através das condições de trabalho diferenciadas para as mulheres, tanto por salários mais baixos quanto por jornadas mais extensas.

Contudo, da mesma maneira a mulher necessita de seu trabalho para sua sobrevivência, a sociedade necessita da manutenção da vida feminina para existir. Neste sentido é que Santos e Oliveira (2010) destacam a necessidade de articulação da pauta dos direitos femininos a um projeto emancipatório capaz de apreender as formas de opressão engendradas no interior da sociedade capitalista e não reduzi-las a pautas isoladas e incapazes de promover mudanças nas condições de vida das mulheres.

### **Considerações sobre a contribuição do materialismo histórico-dialético para compreensão desta realidade:**

Na base da produção capitalista, a mercadoria trabalho, que possui um valor, é vendida livremente no mercado, na visão “turva” de oferta e procura. Quando esta é trocada por dinheiro é transformada em trabalho assalariado, analisando um pouco mais, podemos ver que, no entanto é impossível uma troca de coisas semelhantes, pois a base da produção (capital) depende da produção do excedente de trabalho (mais valia), portanto o valor da “força de trabalho” deve ser em regra, sempre inferior ao número de horas para a produção desse mesmo valor. Sobre isso, Marx nos diz que o que importa ao capitalista é o valor de uso do trabalho (MARX, 1987), que necessariamente não diz respeito à força de trabalho, mas a função do trabalho em si, sua utilidade, e que, independente das oscilações da oferta e da

procura, o trabalhador continuará executando certa jornada de trabalho com a ressalva que estas oscilações podem aumentar ou diminuir o seu salário, onde o propósito claro é atender ao capitalista que deseja o máximo de trabalho pelo mínimo de dinheiro. (MARX, 1987).

As diferenças salariais também exemplificam esta transformação, onde todos realizam igual jornada de trabalho, mas recebem diferentes salários, e mesmo considerando diferenças na produção, o lucro ainda é gerado igualmente. Em resumo, o capitalista quer fazer crer que a produção de seu lucro se deve ao fato de comprar por menos e vender por mais, quando na verdade o tempo de trabalho encerrado na produção é que produz a mais valia. Ou seja, quanto mais o trabalhador produz, maior é o lucro do capitalista, e menor pode ser o salário do trabalhador dependendo das condições de trabalho ofertadas.

Esta explicação detalhada tem como objetivo expor a contradição destas relações, que ao mesmo tempo em que são necessárias à vida na sociedade capitalista acabam por desumanizar os sujeitos em suas relações. São relações experimentadas nos subempregos, no trabalho precário, informal e em cenários drásticos de desemprego e rotatividade do trabalho formal, como na realidade atual. Portanto, constituem aspectos importantes que contribuem na superação da visão aparente dos fenômenos, através da mediação entre singularidade e particularidade de situações, aparentemente dos sujeitos (familiares), mas que tem suas raízes na conjuntura estrutural baseada no sistema socioeconômico.

Para compreensão do significado do trabalho e sua centralidade na vida humana usaremos esta abordagem do materialismo histórico-dialético.

Assim, concebe-se que o ser humano ao modificar a natureza constrói algo que responde as suas necessidades concretas de sobrevivência, ao idear o objeto de satisfação, ele também é capaz de pensar sobre sua utilidade, e ao utilizar este objeto, ele é capaz de repensar novas possibilidades para seu uso, e assim, como satisfazer outras necessidades. Isto é possível porque os seres humanos ao transformar a natureza, também se transformam enquanto ser. Esta é uma forma rudimentar de explicar o conceito de trabalho, tal qual concebido por Marx (2013, p. 255): “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza [...]. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.

É importante retomar este conceito para compreender que o trabalho tem dimensões que são objetivas e outras subjetivas, ou seja, o trabalho constitui, não somente, a forma de produção de bens materiais, ou a aquisição e uso dos mesmos, na vida dos sujeitos, mas também a forma como se relacionam e passam a compreender o mundo que os cercam.

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. O advento do modo de produção capitalista subverte não apenas as condições de produção material, mas também as condições de produção de seres humanos. (GAMA, 2012, p. 21).

Conforme o devir histórico, em dado momento temporal os meios de produção foram separados dos produtores, quando iniciam as expansões territoriais são criadas novas formas de câmbio das mercadorias necessárias à sobrevivência, e assim a manufatura abre espaço a criação de mercados e depois ao processo de industrialização (revolução industrial). Logo, é crescente a expropriação dos recursos (terras, animais, alimentos) a partir de uma nova forma de câmbio de produtos considerando não somente o seu valor de uso (a cadeira para sentar, por exemplo), mas também o seu valor de troca (o tempo de fabricação, material e tempo de transporte da cadeira), existindo a necessidade de unificar esses valores em uma só forma, a monetária. As famílias que não dispunham mais de terras e outros recursos para troca, não dispuseram igualmente de riquezas monetárias, de forma que a maneira pela qual sobreviviam era pela venda (monetária) de sua única propriedade, a sua força de trabalho. Dessa forma instituiu-se a separação entre a classe trabalhadora (que transforma os meios de produção em produtos) e burguesia (proprietários dos meios de produção).

A sociabilidade contida em um modo de produção que transforma a tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho, tem como resultado a atividade laborativa de produzir e reproduzir bens e relações necessárias à vida social, como algo penoso, alienado, no qual o próprio produtor não se reconhece nos frutos de seu trabalho. Assim, o que reproduz o capital é o trabalho (em toda a sua inteireza), tanto o que se cristaliza nas mercadorias como o que repõe os elementos do processo produtivo. (GAMA, 2012, p. 23).

Avançando na história, é que podemos perceber que a classe que vive do trabalho, para sobreviver, necessita de condições mínimas para que possa vender sua força de trabalho, mesmo significando engendrar o sistema que a condiciona a produzir para subsidiar sua reprodução nesta sociedade. O que nos remete a pensar sobre a forma como isto ocorre na sociedade atualmente, e se isto é possível sem acesso à educação, saúde, habitação, proteção no trabalho e uma série de necessidades que foram pensadas e transformadas em políticas conquistadas a muitas lutas pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se configuraram em respostas Estatais para que a classe trabalhadora pudesse minimamente se reproduzir e seguir produzindo. O Estado aqui compreendido como agente responsável pelo status quo social não deve eximir-se de suas obrigações, sendo responsável pela arrecadação de impostos oriundos dos trabalhadores brasileiros, tem como atribuição a redistribuição da riqueza que é socialmente produzida. O que se convencionou chamar de proteção social corresponde à

forma como o Estado responde às necessidades dos trabalhadores a partir da composição financeira do fruto de seu trabalho.

As famílias são compostas por indivíduos que vivem do trabalho, seja este assalariado ou informal, e para que possam vender sua força de trabalho necessitam de recursos para reprodução da vida material. A forma da sociabilidade na sociedade capitalista engendra a obtenção destes recursos através da relação de câmbio entre o emprego da força de trabalho, a produção material e a aquisição de bens produzidos na esfera social.

Estas são reflexões importantes para compreender o quão violento é invisibilizar a forma como as famílias participam na produção social, uma vez que, nelas são criados os trabalhadores que irão engendrar esse sistema socioeconômico.

Da mesma forma que é relevante retomar a importância da centralidade do trabalho, também é imprescindível retomar o debate da construção social da infância a partir da ótica do sentimento de cuidado a partir do olhar biológico que depositou na mulher a tarefa de criação dos filhos e esteio familiar. A mulher é quem majoritariamente cuida dos filhos, mas também tem como tarefa participar da composição da renda familiar, sob pena de não acessar bens necessários a sua manutenção. O ingresso da mulher no mercado de trabalho assalariado externo ao lar se deu pela necessidade de reposição da mão de obra masculina dizimada no advento das guerras, e apreendida como possibilidade de exploração, assim como o trabalho infantil era extremamente expropriado e, portanto lucrativo. Para Saffioti (1976) a incorporação da mulher ocorre conforme o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, obedece à necessidade do capitalismo de produção e consolidação, que, em determinado momento histórico prescinde do trabalho da mulher burguesa, mas jamais do trabalho da mulher operária.

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 1976, p. 33).

A autora afirma que as mulheres e crianças sempre desempenharam um papel econômico de produção de riqueza dentro da unidade familiar, ainda que condicionadas à tutela de um homem através do casamento, como uma realidade moral que determinava a posição da mulher na sociedade.

Barroco (2005) reflete que o tratamento moral da questão<sup>5</sup> social serve como forma de

---

<sup>5</sup> A Questão social é aqui compreendida enquanto objeto de trabalho do Serviço Social nos termos de Yamamoto (2003, p. 27) como: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a

coesão dos comportamentos moralmente aceitos ou não, realizando a manutenção da sociedade de classes através do controle dos papéis socialmente dados, na reprodução da ordem social e legitimação da propriedade privada. Esta figura cuidadora feminina é fruto de concepções históricas, de cunho moral e religioso, com relação ao controle das populações vulneráveis, no qual, através da hierarquia familiar, a igreja também reafirmava seu poder junto ao Estado. Dessa forma:

[...] entende-se que através da reatualização dos valores tradicionais, de modos de vida reprodutores das funções básicas da família e da mulher, seja possível manter a ordem social necessária ao “bem comum”. Na medida em que a conservação da família tradicional é pressuposto para a manutenção da propriedade privada, a mulher, como “esteio moral” da família, apresenta-se como um elemento-chave [...] (BARROCO, 2005, p. 84).

Concomitante a isso, a mulher também é trabalhadora, e nesse caso cumpre jornadas duplas, triplas e, na maioria dos relatos, suas dificuldades e sofrimentos são minimizados ou banalizados no imaginário social impregnado pela herança conservadora. Diante disto, é possível refletir o quanto a desvalorização do trabalho realizado no âmbito familiar penaliza duplamente a figura feminina que não conta com uma rede de apoio estatal para o cuidado dos filhos. Estas crianças, por sua vez, terão as condições necessárias para inserção nos espaços sociais conforme os parâmetros da sociedade capitalista? E por fim, cabe a reflexão sobre como estas famílias se organizam para que a mulher tenha acesso à renda e assim possa manter-se materialmente. Justamente pela lógica produtiva desta sociedade, que engendra a produção de bens de consumo através do trabalho, e a reprodução de trabalhadores no seio familiar através das relações, é que circunscrever mulheres e crianças ao lar sem acesso à renda e possibilidades de inserção social exprime a dimensão cruel das desigualdades sociais, tornando-se um aspecto ético digno da atenção profissional.

## Referências

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Brasil: LTC, 1981. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo; tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARDELA, Adriana M. Momma; PASSONE, Eric Ferdinando K. Políticas públicas de educação e o direito à educação. *Laplage em Revista*, vol. 1, n. 1, jan-abr. 2015.

---

apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: maio 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 80. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.65. Brasília, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In MOTA, Ana Elisabete et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS, 2006. Disponível em [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm). Acesso em: 25 de maio 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

DEL PRIORI, Mary. História das crianças no Brasil. (Org.). 5 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução M. T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GAMA, Andréa de Sousa. “O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil - Reflexões sobre os direitos do trabalho e a Política de Educação Infantil”. Tese de Doutorado. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14462>.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KONDER, Leandro. O que é dialética. 28 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital Vol. II. 11º ed. São Paulo. Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e serviço social. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídio à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

JÚNIOR, Joel de Sousa; SANTOS, Joedson Brito dos. Educação infantil: 20 anos da primeira etapa da educação básica e os desafios do financiamento. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 24, mai-ago. 2017.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALLE, Maria A. F. Família, redes, laços e políticas públicas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Mara de, BERGUE, Sandro Trescastro. Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências. Dados eletrônicos. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2012.

TEJADAS, Silvia da Silva. O direito humano à proteção social e sua exigibilidade: um estudo a partir do Ministério Público. Curitiba: Juruá, 2012.

## Identificação interna do documento LI9W8G0IUH-T2GAQUH2



Nome do arquivo:

Artigo\_TCR\_Deyse\_Eloy\_Cardoso\_2020\_3207056202025.pdf

Data de vinculação ao processo: 05/02/2020 18:46

Autor: DEYSE ELOY CARDOSO (112366)

Processo: 1703039